

José Ignacio Monteagudo Robledo
UNED Zamora. España

Palavras-chave: acervo; escrita popular; mediação

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é dividir com os colegas antropólogos que trabalham com discursos, escritos e documentos, os avanços de um estudo de caso que pode revelar um conjunto de problemas cruciais para a pesquisa etnográfica. São, primeramente, problemas teóricos sobre o estatuto social conferido aos documentos: o que os converte em tais em relação com o universo de discursos orais e escritos? Qual é a origem de sua performatividade? No caso das produções escritas marginais ou populares, como e por que elas podem converter-se em documentos e fazer parte de arquivos? Quando isso acontecer, qual é sua utilidade para a investigação antropológica? Essa pergunta aponta já para problemas metodológicos do tipo: como estudar esses documentos? Finalmente, aparecem problemas relacionados não mais com a pesquisa e os pesquisadores, mas no mundo social em que tais documentos adquirem diferentes significações. Podemos começar por aí, pelos conflitos sociais que surgiram no acervo da escritora popular desde sua constituição até o presente.

No Brasil, é sabido que Carolina Maria de Jesus obteve um enorme sucesso em 1960 com a publicação de *Quarto de despejo*, obra que a converteu em “a escritora da favela”. O processo de ascensão social e de volta à marginalidade, quando o sucesso literário se esgotou, ficou documentado na obra diarística *Casa de alvaneria*, no impacto na mídia, e nos depoimentos das pessoas envolvidas no processo, entre as quais o jornalista Audálio Dantas desempenha o papel principal. O fato é que Carolina se afastou da vida pública em 1969 e continuou produzindo escrita (mais literária do que

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020

autobiográfica, segundo seus interesses) até morrer em 1977, em circunstâncias nas quais ninguém mais tinha interesse de cuidar do destino de seu arquivo pessoal; assunto complicado pois ela própria emprestava seus cadernos, quando não os submetia a rescrita, simples cópia ou transcrição datilográfica. Um fato representativo dessa situação é o que aconteceu com os originais da obra *Diário de Bitita*, publicada postumamente, em Brasil, no ano 1986, a partir da edição francesa.

O esquecimento e a despreocupação pelo espólio perduraram até o momento em que os professores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine desenvolveram um trabalho de história oral sobre a vida de Carolina que foi publicado no Brasil em 1994 e no ano seguinte nos Estados Unidos. Eles tiveram acesso ao acervo de Carolina conservado pela filha e fizeram o primeiro trabalho de organização do conjunto de escritos, fotografias e recortes de jornais, que foi microfilmado em 1996, em virtude de um acordo com a Library of Congress pelo qual essa instituição conservaria uma cópia dos microfilmes, enquanto outra cópia iria para a Biblioteca Nacional do Brasil². Os materiais originais foram devolvidos para a filha de Carolina como proprietária dos mesmos, que veio a doá-los em 1999 ao Arquivo Público Municipal “Cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo Bruonswik” de Sacramento, cidade natal da escritora, onde se conservam, com sérios problemas, até hoje³. Outra parte importante do legado, os cadernos que estavam em poder de Audálio Dantas, ou seja, os originais que serviram de base para os livros *Quarto de despejo* e *Casa de alvaneria* foram doados pelo jornalista à Biblioteca Nacional em 2011. Por sua parte, o Instituto Moreira Salles recebeu da jornalista Clelia Pisa, em 2006, os dois cadernos autógrafos que deram lugar ao *Journal de Bitita*, entre outros conteúdos (Fernández 2016). Finalmente, o Museu Afro Brasil, em São Paulo, conserva um só caderno autógrafo de Carolina, com anotações diarísticas de 1959, doado por Audálio Dantas. Na atualidade segue-se a pista de mais cadernos, não muitos, em coleções particulares, e sem dúvida faltam no acervo materiais que completariam o que seria o arquivo pessoal de Carolina, como as cartas, recebidas ou enviadas; os livros que compunham sua biblioteca e que também não

² Cópias desses microfilmes foram para outras instituições universitárias: o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da UNESP, em São Paulo, os adquiriu em 2010, enquanto o Acervo de Escritores Mineiros da UFMG, em Pampulha, Belo Horizonte, os recebeu por doação do professor José Carlos Sebe Bom Meihy em 2014.

³ Segundo o pesquisador Sérgio Barcellos, que desenvolveu um projeto de organização do acervo no Arquivo de Sacramento em 2014, centenário do suposto nascimento da autora nessa cidade.

foram recuperados, talvez por não ser Carolina uma escritora inserida no mundo da alta cultura.

Contudo, problemas que se mostram graves aos olhos do pesquisador, tais como o deterioro por inadequada conservação do acervo, ou sua dispersão em instituições públicas e privadas, ou a inércia do Estado perante as necessidades de preservação do espólio de uma escritora com prestígio internacional, não parecem preocupar a sociedade civil, nem sequer a “classe ilustrada”, como ficou claro com a ocasião perdida na comemoração do (suposto) nascimento da autora em 2014. Só nos últimos anos, quando a figura de Carolina adquiriu uma renovada notoriedade cultural e até política, novos agentes mediadores deram início à promoção de atividades de divulgação que, indiretamente, podem ter efeitos positivos sobre a preservação e acesso do espólio caroliniano.

2. A oralidade, a escrita e os documentos. Anotações para uma teoria da agentividade documental

Além do relacionamento dos diferentes atores sociais com os escritos da escritora, os quais não estão isentos de interesse antropológico⁴, prefiro refletir primeiramente sobre a própria condição de *documentos* que é outorgada aos cadernos como suportes inusuais de uns textos igualmente atípicos. Podemos imaginar uma situação na qual Carolina Maria de Jesus não teria escrito página nenhuma, que era a pauta para a maioria das mulheres em sua condição; podemos imaginar que um mediador, um antropólogo ou mesmo um jornalista, a entrevistasse e redigisse sua experiência cotidiana, caso típico das “autobiografias dos que não escrevem” (Lejeune 1980) e do gênero confessional, de grande sucesso nas últimas décadas do século passado. Nessa situação, Carolina seria uma Rigoberta Menchú ou uma Domitila Barrios, uma representante das mulheres pobres da favela, marginalizada até o ponto de não ter nas suas mãos o poder da escrita. No mundo da oralidade, Carolina seria mais objeto que sujeito do ato enunciativo autobiográfico, e seu nome não apareceria sozinho na capa do livro. Seu discurso oral não teria poder por si só, seria apenas um *depoimento*, uma matéria bruta sujeita a intervenções institucionalmente determinadas para chegar a ser *documento*: agentes

⁴ Pelo contrário, são reveladores de lutas pelo posicionamento em campos delimitados com o acadêmico ou o literário, acumulação de capital simbólico, etc.

especializados garantem os procesos imprescindíveis de *registro, transcrição e publicação*. O fato incomum de Carolina *produzir* escrita de gêneros diversos, incluindo ficções literárias, em cadernos reutilizados a investe de um poder *autoral*, ao mesmo tempo que esses cadernos autógrafos transcendem sua condição de escrita ordinária (Fabre) para constituir uma série documental. Cabe se perguntar neste momento se Carolina não tivesse experimentado o sucesso editorial e o reconhecimento literário, graças à intervenção de mediadores especializados, teria visto seus escritos privados de visibilidade, restritos à esfera dos vizinhos e, talvez, de algum curioso pesquisador. É o que aconteceu nas sociedades nas quais a expansão social da cultura escrita permitiu que algumas pessoas de classes populares tivessem a ousadia de se apropriar de gêneros e estilos elevados, próprios das elites. Carolina considerava-se a si própria poetisa, mas não autora de gêneros populares, feitos pelo povo para o povo, como a literatura de cordel, mas como aqueles pensados para o grande público, elaborados com estilo refinado. Nesse sentido, pode-se dizer que inventou um jeito particular de populismo. Contudo, o importante aqui é que, sem a avalanche externa que a projetou fora da favela, seus cadernos, como tantos outros escritos por homens e mulheres pouco escolarizados no Ocidente desde o século XIX, não atingiriam o reconhecimento social de *documentos*. No âmbito da tradição europeia, um documento é um registro material, normalmente escrito, de um fato de carácter institucional e, portanto, requer alguma instância de validação do seu valor testemunhal.

Sendo o documento uma instituição social na nossa cultura⁵, sua conversão desde simples escrito está submetida a um proceso que tem alguma coisa de reconhecimento consensual, mas também de ritual. Concordamos nisso com Pierre Bourdieu quando afirma que todos os rituais de passagem são antes que nada ritos de instituição e, como tais, requerem de especialistas responsáveis, a submissão a alguma forma de cerimônia na qual os documentos sejam organizados, descritos mais ou menos de forma individual, valorizados como exemplares insubstituíveis e, sobretudo, portadores de uma potência agencial. No caso dos cadernos de Carolina podemos pensar no ato ritual, mais ou menos cerimonioso, da doação dos proprietários às instituições custodiadoras. A partir desse momento, os cadernos advêm documentos e são tratados com alguma

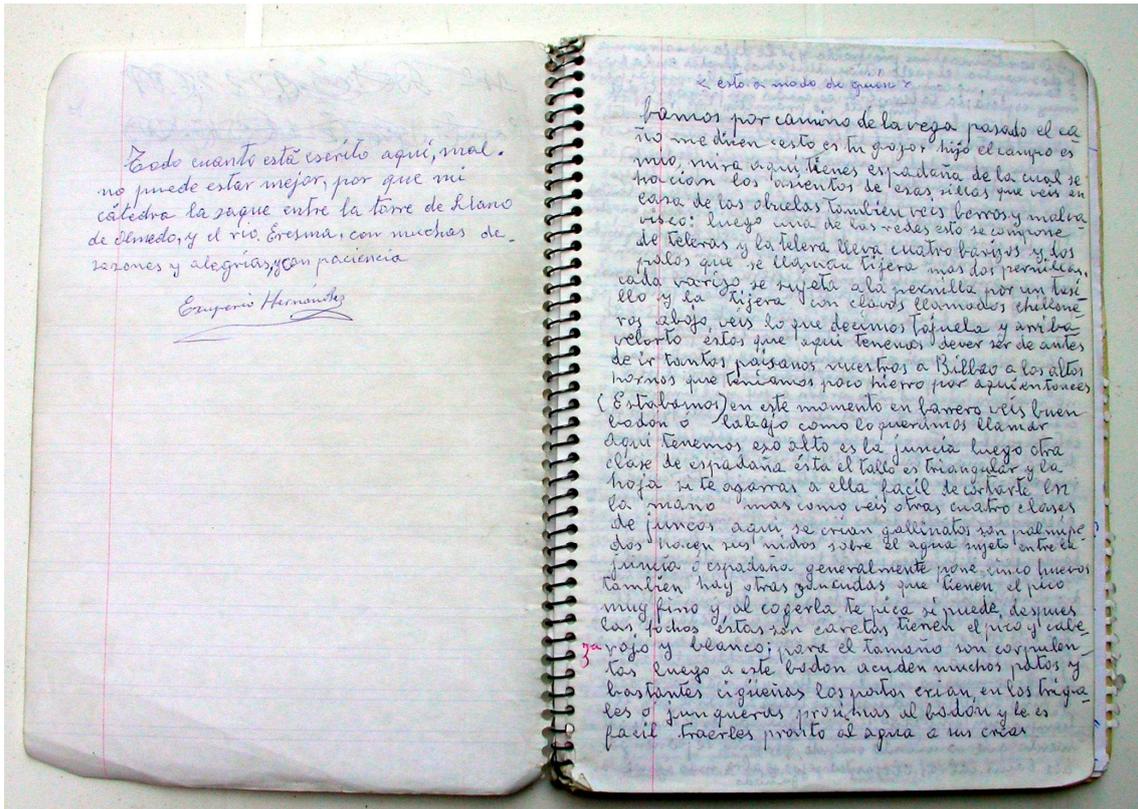
⁵ O choque cultural em sociedades sem escrita e, portanto, sem documentos com poder performativo, como os contratos assinados, é descrito por Donald McKenzie (2015).

sacralidade, protegendo-os de um acesso generalizado, ou inclusive sendo objeto de veneração, como o caderno exibido no Museu Afro Brasil.

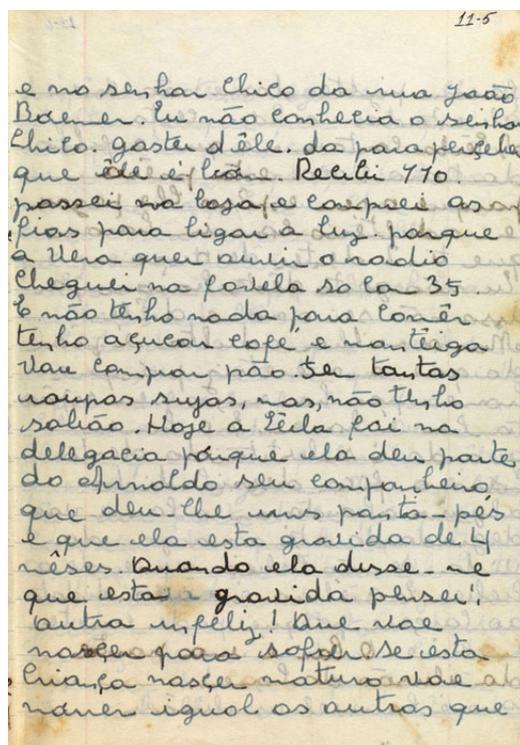
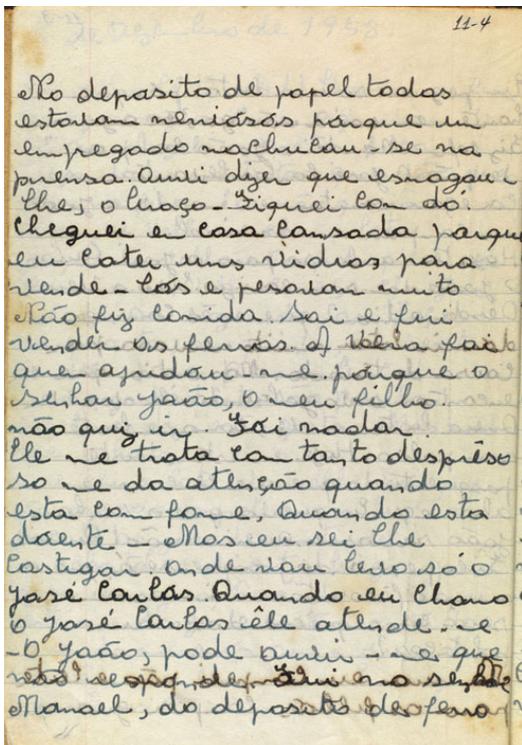
A agentividade dos documentos é apenas um caso especial dos objetos escritos (Goody 2007, Fraenkel 2006), e este dos objetos em geral. Concordamos com os cientistas sociais que admitem alguma forma de agentividade na cultura material, mas sempre inserida na rede de significados que faz possível a vida social. Os cadernos de Carolina *documentam*, ou seja, *provam*, que uma escritora marginalizada é capaz de deixar um legado literário de inquestionável interesse para as gerações futuras. Isso foi possível não tanto pelo valor intrínseco de sua obra (a “genialidade” é também produto consensual), mas sobre tudo pelas circunstâncias nas quais foi planejada, produzida e divulgada. Circunstâncias bem diferentes das que experimentaram tantos e tantos poetas, narradores, dramaturgos ou memorialistas que tentaram atingir, se não a fama, pelo menos o reconhecimento como escritores⁶.

Se quisermos submeter o caso a uma perspectiva comparativa, há dois casos de escritores populares que eu pude estudar etnograficamente na Espanha e na França. O primeiro, Exuperio Hernández, quem a pesar de ter trabalhado durante quase toda sua vida como pastor de ovelhas conseguiu se aproximar da cultura escrita pelo relacionamento com o professor da escola da sua aldeia, escreveu vários cadernos miscelâneos que conservava ocultos em uma velha geladeira. As partes autobiográficas referem-se ao entorno natural da aldeia, que é descrito com minuciosidade para seu neto. Seus conhecimentos foram aproveitados por agentes educacionais da zona, mas aquele conjunto de cadernos, tão semelhantes na sua materialidade gráfica aos de Carolina, não conseguiu atingir condição documental.

⁶ A produção dos escritores sem sucesso tem diferente consideração daquela sem pretensões literárias e referida à experiência vital dos homens comuns. Esta última é objeto de reconhecimento, especialmente na Europa, mediante a constituição de arquivos da escrita popular ou autobiográfica.



Páginas iniciais do caderno de Exuperio Hernández. Llano de Olmedo, Valladolid.



Páginas do Caderno 11 de Carolina Maria de Jesus. Biblioteca Nacional de Brasil.

Bem diferente é o que aconteceu com Marie José López, emigrante salmantina na França, também com pouca escolaridade, quem se considera “escritora” por ter publicado a história de seu pai em versões francesa e espanhola, apesar de não dominar a escrita em nenhuma das duas línguas. A intervenção de mediadores no processo de publicação foi radical, até o ponto de não existir materiais escritos originais da sua obra, e seu reconhecimento autoral veio pelo lançamento do livro em instituições escolares. Isso foi possível em um contexto de valorização de obras confisionais como é a França atual, na qual o interesse pelas autobiografias de soldados que lutaram na segunda guerra mundial e sobreviveram nos campos de concentração nazista teve sua continuidade com as dos imigrantes da seguinte geração.

A tensão entre o confessional e o literário é uma constante na produção escrita das classes populares. O paradoxo que frustrou a carreira literária de Carolina foi que o reconhecimento, construído pela mediação de jornalistas e editores, veio pela publicação apenas dos seus diários, enquanto fracassou no intento de fazer valer sua obra poética, dramática e narrativa, espalhada nesses mais de cinquenta cadernos que esperam, no silêncio dos arquivos que os conservam, serem tratados como os produzidos por escritores consagrados⁷.

3. Os escritos (e outros documentos) de Carolina: usos e mediações

Uma das consequências da aceitar as convenções dos fatos estéticos, e os literários em particular, é o apagamento de mediadores entre o gênio criador do autor e o meio impresso pelo qual chega ao leitor. Incluir nessa tríade comunicativa mais mediadores parece perturbar o pacto mágico da leitura: como pode ser que quem figura como autor não escrevesse exatamente o que eu estou lendo? Mas acontece com frequência que a intervenção de mediadores de todo tipo, como editores, revisores, adaptadores ou tradutores, é verdadeiramente substancial. É o caso extremo dos *ghost writers*, mas também de obras clássicas da literatura universal, tais como a *Odiessia* ou a *Iliada* (ainda se debate a existência real de um Homero escritor), ou os contos das *Mil e uma*

⁷ Uma proposta arriscada nesse sentido é o projeto de organizar duas exposições paralelas e complementares sobre a vida e obra de Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector, protagonizadas pelo diretor cultural do Instituto Moreira Salles, João Fernandes. O anúncio da publicação de textos literários carolinianos na prestigiosa editora Companhia das Letras, promovida pela pesquisadora Raffaella Fernandez, é também um movimento importante.

noites. Também é o que acontece com os livros sagrados, onde a falta de autores reconhecíveis e de textos originais é suprida, como na literatura antiga, pelas técnicas filológicas de transmissão e fixação de textos.

Os leitores das obras de Carolina Maria de Jesus tendem a acreditar que as intervenções dos editores sobre o que ela quer expressar são mínimas. O dispositivo editorial de promoção de *Quarto de despejo* reforçava essa tendência ao afirmar, na primeira matéria que apareceu na *Folha de São Paulo*: “O drama da favela escrito diretamente por uma das suas habitantes”, por não falar do uso da imagem de Carolina nos jornais e no próprio livro. Apenas os leitores cuidadosos podem deduzir um efeito censor do que Audálio fala no prólogo sobre o uso das reticências, ou do que a Carolina mesmo fala sobre o que acontece com seus escritos. Mas o mito do autor como criador incriado é revalidado neste caso por esse outro do “descobrimento” dos cadernos por Audálio durante sua primeira visita na favela de Canindê, um relato repetido mil vezes e que, sem ser falso, esconde o fato de que Carolina já tinha tentado publicar seus escritos de várias formas e com ajuda de outros mediadores⁸. Uma observação atenta, com olhar antropológico, sobre o processo de produção dos textos carolinianos revela que as intervenções são até prévias à própria escrita. O relato “fundacional” de Audálio sobre o descobrimento dos cadernos diz claramente que ele pediu para Carolina esquecer o cultivo da literatura e continuar escrevendo diários sobre sua vida na favela. No fundo dos escritos de Carolina conserva-se apenas um caderno anterior a essa visita, identificado como “Caderno 1”, que contém matérias várias e entradas de diário, todas de julho de 1955, que são as que, convenientemente recortadas, principiam a mais famosa obra caroliniana com aquele início comovedor: “Aniversário da minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos”. Não podemos saber com certeza quem incitou a Carolina para escrever esse diário durante apenas duas semanas (possivelmente um dos jornalistas citados), mas é claro que não estamos ante uma escrita “espontânea”, se alguma pudesse ser assim denominada com toda propriedade. O

⁸ Na entrada correspondente ao 1º de novembro de 1961 de *Meu estranho diário*, p. 134, Carolina diz ao caixa da Folha de São Paulo: “quem descobriu-me foi o senhor Willy Aureli, foi êle quem disse-me Carolina, você é poetisa. Eu me revoltei porque não queria ser poetisa... Eu pedi a diversos jornalistas para auxiliar-me, que os lucros seriam divididos. –Quaes foram os jornalistas que a senhora pediu auxilio? –Matos Pacheco, José Tavares, O finado Castrinho O finado Chico sá, e o Mario de Oliveira. Tive sorte com o Audalio Dantas”.

que sabemos com certeza é que ela escrevia para publicar, porque conhecia muito bem a performatividade da letra impressa: “Eu me defendo através da imprensa”, diz em um trecho do Caderno 1 que Audálio excluiu na edição da obra.

Muitos pesquisadores assinalam e interpretam o sentido dos cortes efetuados no processo de edição, mas poucos fizeram o esforço de cotejar os cadernos originais com os textos publicados. Como fazer isso quando a consulta dos cadernos é tão dificultosa? O que fez o professor José Carlos Meihy é muito meritório: não tanto a publicação de *Meu estranho diário* desde a fonte direta dos manuscritos, mas suas gestões, junto com Robert Levine, para que o espólio em poder dos herdeiros da Carolina fosse microfilmado, e a transcrição dos cadernos efetuada em solitário e doada ao Arquivo Municipal de Sacramento, onde se conservam os cadernos originais.

4. Problemas metodológicos

A aproximação antropológica que estamos propondo ao espólio caroliniano nos situa perante dificuldades metodológicas próprias do estudo de fatos acontecidos no passado e, portanto, não observáveis diretamente. É impossível entrevistar Carolina e o resto de atores sociais implicados na produção, divulgação e recepção da sua obra oitenta anos atrás, mas podemos conhecer parcialmente esses processos por vias indiretas. A antropologia histórica fornece ferramentas para poder realizar descrições densas através de fontes escritas⁹; também o fazem a antropologia linguística¹⁰ ou a sociolinguística histórica. De toda forma, no assunto que nos ocupa, que começa no passado mas continua até hoje, é possível reconstruir os contextos mediante a complementariedade do análisis dos discursos escritos com os depoimentos orais e a observação participante.

5. Bibliografia

Barcellos, Sergio de (2015). *Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus*. Sacramento: Bertolucci. <https://www.vidaporescrito.com/>

⁹ Por exemplo, Fernando Monge estuda a escrita dos diários de viagem nas explorações científicas do Iluminismo em “El tiempo en y de la antropología: unos apuntes pasajeros” (Dacosta 2019).

¹⁰ Outro exemplo: William Hanks estuda documentos maias do século XVI em “Os gêneros do discurso em uma teoria da prática” (Hanks 2008).

- Dacosta, Arsenio, ed. (2019). *Antropología e Historia. Intersecciones teóricas*. Madrid: Ediciones Polifemo.
- Fernandez, Raffaella (2016). “Carolina Maria de Jesus uma breve cartografia de seu espólio literário”. *Manuscrita*, n.º 31, pp. 10-26.
- Fraenkel, Béatrice (2006), “Actes écrits, actes oraux: la performativité á l’épreuve de l’écriture”, *Études de Communication*, n.º 29, pp. 69-93.
- Goody, Jack (2007), *Pouvoirs et savoirs de l’écrit*, Paris: La Dispute.
- Hanks, William F. (2008), *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez.
- Lejeune, Philippe (1980). *Je est un autre. L'autobiographie, de la littérature aux medias* Paris: Seuil.
- Levine, Robert M ; Meihy, José Carlos Sebe Bom (1994). *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.
- Levine, Robert M ; Meihy, José Carlos Sebe Bom (1996). *Meu estranho diário*. São Paulo: Xamã.
- McKenzie, Donald F. (2005), *Bibliografía material y sociología de los textos*. Madrid: Akal.